



Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

Revista Trimestral

LISBOA

Director

N.º 13

O Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo
Histórico Municipais — Joaquim Leitão

Julho
a Setembro

1934

COLABORADORES

A. VIEIRA DA SILVA, AFONSO DE DORNELAS,
ALBINO FORJAZ DE SAMPAIO,
ANTONIO BAIÃO, ARTUR DA MOTA ALVES, COSTA VEIGA,
FIDELINO DE FIGUEIREDO, GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA,
HENRIQUE CAMPOS FERREIRA LIMA,
JOÃO DA SILVA CORREIA, JUAN TENA FERNANDEZ,
JÚLIO DANTAS, LARANJO COELHO,
LUÍS DE FREITAS BRANCO, LUÍS DA CUNHA GONÇALVES,
LUÍS DE MACEDO, Prof. MOSÉS BENSABAT AMZALAK,
QUIRINO DA FONSECA, SAMPAYO RIBEIRO,
JOAQUIM LEITÃO, ETC., ETC.

7.00

Anais das Bibliotecas,
Museus e Arquivo Histórico Municipais

Oferça
-0. NOV. 1998

Inspecção das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais de Lisboa

Anais das Bibliotecas Museus e Arquivo Histórico Municipais

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ANO IV—N.º 13—1934

Dirigida por Joaquim Leitão

Inspector das Bibliotecas,
Museus e Arquivo Histórico Municipais de Lisboa



LISBOA — S. INDUSTRIAIS DA C. M. L. — 1934

Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

ANO IV

LISBOA — JULHO A SETEMBRO DE 1934

N.º 13

Os Livros dos mortos

De tantas frestas e janelas que se abrem para o passado e por onde, curiosos, espreitamos a vida de outros dias, uma ha onde eu gosto especialmente de debruçar-me.

É a que dá para o cemitério, aquela donde se conseguem lêr os epitáfios e as frases recordadoras dos vivos, enterrados em tinta de escrever, nos livros paroquiais dos óbitos.

Um volver de olhos sôbre as páginas queimadas da tinta, um interpretar de uma frase de pormenor, a leitura de nomes ou de uma alcunha, de uma data ou de uma anotação do cura, postas ali sem cálculo ou intenção documentadora, abrem horizontes novos diante dos nossos olhos. O que a gente vê, o que a gente calcula, o que a gente vive!

Arrumei ha pouco ainda os ôbituários da Conceição Nova, da velha Conceição Nova, e meia duzia de apontamentos tomados, descerram

um proscénio de comédias e de dramas. Nós construimos muito, bem sei; acrescentamos, às vezes, cogulhos, grelhagens e pináculos em edificios desataviados de ornato. O arquiteto *Imaginação*, póde muito; mas não é preciso chamá-lo à colaboração da obra quando o material é tão expressivo como êste.

A Conceição Nova, vizinha da Madalena, de S. Julião e de S. Nicolau, espalmada ali na Baixa, toda formada de ruelas e bécos, desnivelados e tortuosos, uma escada aqui, uma rampa acolá, um recanto dêste lado, um cotovêlo daquêle, era habitada no último terço do século xvi por gentio miudo, correeiros, tosadores, latoeiros, tintureiros, lavapeixes, chapineiros, mulheres que vendiam na Ribeira e nas varandas do Paço, luveiros, alfaiates e cristaleiras, principalmente alfaiates. Dir-se-ia que todos os alfaiates de Lisboa moravam aqui

na Jubitaria, uma das suas ruas principais. A roda de 1620 começaram a aparecer pessoas mais gradas. Vejo citar *casas novas*, no *Lava Cabeças*, num assento mortuário do princípio de 1628. Seriam elas que trariam para aqui essa nova população?

A grande percentagem dos fregueses da paróquia fundada pelo Cardeal Rei, à custa da Madalena e de S. Gião, na igreja manuelina, da Conceição dos Freires de Cristo, era, porém, gentinha de mestéres. Alguns dêles arruavam-se pelas serventias. Na Rua do Vigário era, ao que parece, o arruamento dos chapineiros pela quantidade de óbitos dêstes artífices que se mencionam nos livros; na Tinturaria e no Bêco dos Tintes, era o dos tingidores; na Jubitaria, nos seus bêcos e na Rua dos Mercadores, o dos alfaiates; na Rua dos Carapuceiros, abrigavam-se os que talhavam carapuças; na Travessa ou Rua dos Lateiros, os bate-fôlhas.

À roda do Pôço da Foteia, predominavam os taberneiros, barbeiros e boticários.

De quando em quando aparecem outras profissões: livreiros, piquilimas, empressores de sêdas, atafoneiros. Em 1643, regista-se a morte do dançador, Manuel de Moura; em 1644, a de um empressor de livros, Jorge Rodrigues. O pitoresco das alcunhas não falta também: Lá se encontra um *Vasculho* em 1630 e tantos, um *Muladarme* (?) em 1592,

a *Dor dentinhos* em 1589, no Bêco dos Luveiros ou do Lava Cabeças.

A igreja paroquial onde fôra primitivamente a sinagoga dos judeus, quando todo este espaço pertencia, com parte da paróquia de S. Nicolau, à Judiaria Grande de Lisboa, ficava orientada nascente-poente. Na sua face sul, a rua que era chamada da Conceição dos Freires, fazia um bôlso, donde descia, para a Jubitaria, a Rua do Vigário a que, ao que parece chamaram depois o Bêco da Sardinha. Em frente à porta principal virada ao poente, descia, também, obliquando para o sul e em direcção a S. Julião, a velha Rua dos Douradores. Por cima da face norte, corria o, então, chamado Bêco ou Rua dos Lateiros que tinha sido a antiga Ferraria da Judiaria ou Judiaria dos Ferreiros, cortada junto das remotas carniçarias hebraicas do bairro. Daqui seguiam para o norte a Tinturaria e o Bêco dos Tintes, até o Arco de Jesus que já pertencia a S. Nicolau.

Para baixo da Jubitaria ficava o Pôço da Foteia, a Rua do Lava Cabeças ou dos Luveiros, o Bêco dos Seguros e o dos Agulheiros. Tal era, em esquema sintético, a freguesia que hoje quasi cabe dentro do paralelogramo limitado pelas Ruas da Prata, Madalena, Capelistas e S. Nicolau.

*

Os óbituários existentes começaram em 1573. Logo após as primei-

ras páginas, rompe através delas o clarão de duas tragédias cidadãs—o cêrco de 1580 e a peste de 1579 a 81.

Um assento de óbito, diz:

«Aos 28 dias de Agosto de 1580 faleceu Beatriz Figueira, preta, que faleceu afogada nas Portas da Ribeira, o dia que os castelhanos saquearam o arrabalde desta cidade.»

A peste vitimou na freguesia centenas de criaturas. Ao cura nem chegava o tempo para os registos individuais, e os assentos são múltiplos, em 80 e 81. O esquife da saúde deixava, por vezes, de se utilizar, e os pestíferos enterravam-se na própria rua. A percentagem das crianças vitimadas, é aterradora.

Através dos registos vê-se o pavôr da população, o drama dos enterros nocturnos. Em quasi todos os obituários quinhentistas a calamidade da peste faz a sua aparição.

Na Conceição Nova o porme-nor pitoresco da negraria, surge também.

Em 25 de Maio de 1580, «faleceu Gracia Pinta, mulata, que andava quasi em trajos de macho q morava na Tinturaria».

Nesta mesma rua morreu, em 20 de Julho de 1585, uma criança de um ano, neta da Rainha da Tinturaria desta freguesia, e em 25 de Julho do ano seguinte, outra. Diz o assento: *Hũa neta da Rainha mulata que vende sardinha, mora no bequo do Tintes, na Rua da Tinturaria.*

Os escravos, são mencionados nos óbitos, sem nome:—o escravo de fulano, o escravo de beltrano. Quando se lhe indica morada é a dos senhores.

A alteração dos nomes dos aruamentos dava-se a miúdo. O povo nomeava-os para sua utilidade e chamava-lhes como lhe convinha.

Ha genealogias completas na sinonímia das serventias. Morria o pai, herdava o filho o nome da rua; morria o marido ficava a mulher a nomea-la. O *Bêco de Belchior da Costa* de 1580 é o *de Gaspar da Costa* de 1619, e seria, talvez o *do Ramires* de 1644.

Em 1583 vi citado um *Bêco da Chamiça*, num óbito ocorrido em 29 de Maio, e em Junho de 1632 regista-se nêle a morte de João Fernandes Chamiço, marido de Felipa da Fonseca e filho, talvez, da Chamiça que o nomeara. Era o bêco que abria para a Rua Nova, ao lado da igreja.

Simão Lopes de Lima, *homem zeloso das cousas da Igreja*, segundo a nota do obituário, déra o nome ao bêco em que morava. Era casado com uma tal Violante Gomes. Mas já, não sei porquê, o filho, Alvaro Lopes de Lima, não herdou o nome da rua; nem êle nem o genro Heitor Coronel. Os óbitos registados em 7 de Setembro de 1590 e em 16 de Março de 1599, caíram, como pedra tumular, sôbre estas personagens.

No século xvii, o bêco tinha outro nome. Talvez fôsse o então chamado de «Manuel de Moura» (que era um alfaiate da freguesia), de 1611 a 1645, pelo menos.

No século xvi ainda me aparecem outros bêcos com nomes próprios, é o de *António da Silva*, é o de *Guterres*, é o de *Tomé Serrão*.

Este vinha, do *Póço da Foteia*, desembocar na Rua Nova dos Ferros, á quina das casas onde, no fim do século xvii se fez a nova igreja paroquial. O de *Guterres* (bêco ou pátio), era na Tinturaria, talvez o de *Cerveja* ou do *Fórno*, do século xviii.

Em 1614, cita-se também o pátio de *Domingos Fernandes*. Este Domingos Fernandes era um latoeiro da freguesia. Suponho ser o pátio que no século xviii se chamou do *Campolide*, alcunha de um hospedeiro famoso que tinha um gato com duas cabeças e fornecia apri-morados pitéus aos alfacinhas gastrónomos dêsse tempo.

O Procurador Rui Dias de Alvim, licenciado, tinha uma rua com a seu nome nesta freguesia, e nela morreu em 31 de Maio de 1602. Por sinal que foi um tal Paulo Montez o seu herdeiro, e se enterrou em S. Francisco.

Qual fôsse a *Rua do Alvim*, não sei ao certo. Seria a *Rua do bêco de S. João* que descia toda esquinada, dos Mercadores para a Jubitaria? O Bêco do Sardinha (ao certo uma alcunha ou nome) não

devia de ser, porque já em 1619 se cita, com êste nome, noutro assento de óbito. O Bêco ou Rua dos *Seguros* é já de 1584.

Os obituários citam também a *rua que vai para a Madanella* e a *travessa que vai para a Madanella* que devem ser a mesma serventia. Isto já em 1578. Deve ser a parte nascente da Travessa da Conceição dos Freires, que ia aos Ourives da Prata.

Em 1601, cita-se igualmente o *Bêco de João das Armas*; em 1580, no óbito de uma pestifera, a *Rua dos Coveiros*, que passa depois a nomear-se por bêco (1609), e que ainda tinha êste nome no século xviii.

No século xvi a Rua de *Mataporcos* já não era utilizada pelos magarefes populares. A *travessa xanguizarra*, como lhe chama Gil Vicente no *Pranto da Maria Parda*, escura e feia, então habitada por taverneiros, era, no último quartel do século, quasi moradia exclusiva de alfaiates.

Em 12 de Outubro de 1581, cita-se o local da freguesia, chamado *O Matadiabos*, num assento múltiplo de pestíferos. Cheira a alcunha a três séculos e meio de distância.

Na Jubitaria, em 1613, havia uma estalagem que era conhecida pela *Estalagem da Jubitaria*. Nesse ano morreu ali um hospede *que dizem ser letrado*.

Defronte do adro da igreja, erguia-se uma tórre, diz-se num óbito registado em 19 de Setembro

de 1601. Esta referência se não é feita à velha sinagoga dos judeus, talvez se refira ao adro de S. Gião, fóra da freguesia, como a redacção do registo póde consentir, e é frequente nos óbituários. Nos da Conceição Nova, ha referências a moradias no Pelourinho Velho, nas Carniçarias, nos Sete Cotovelos, no Terreiro do Trigo e no muro dos Anzoleiros, tudo na freguesia da Madalena, principalmente no século xvi. Lá se menciona o óbito de um homem *que vendia ançois*, junto ao histórico Muro.

O *Pátio* ou *Bêco da Rosa*, que chegou a 1755, espalmado entre o Lava Cabeças e o Mata Porcos, já se cita em 1645, no velho sítio das *Lameiras*.

Ha ainda um *Bêco da Conceição*, mais tarde (1613) chamado rua, que não consigo identificar. Seria o *da Sardinha* do século xvii que abria para o alargamento da Rua da Conceição dos Freires?

Como muitas destas denominações eram transitórias, são possíveis dentro de meio século, de admitir-se três ou quatro ao mesmo arruamento.

O *Bêco da Atafona* de 1615, seria a *Rua* ou o *Bêco dos Seguros* de 1584 e que fóra *Rua do Mestre Vasco* no

século xv e que *dos Seguros* tornou a ser?

O *Bêco dos Barriteiros* mencionado, num registo de 11 de Setembro de 1614, deve ser a *Rua dos Carapuceiros*.

E onde seria o *Bêco do Rosca*, citado em 26 de Fevereiro de 1626?

Nos registos não se fala no *Bêco da Bofetada*, nem nos *do Vidro*, *Espirito Santo*, *Cerveja*, *Agulheiros* e *Campolide*. A estes pertenciam ou foram pertencendo as sinonímias não localizadas a que fiz referência.

Em 1601 vejo num registo o *Pátio da Tinturaria*. Devia de ser a designação classificadora do *bêco* do mesmo nome antes de se ter rompido a sua comunicação para a Travessa dos Latoeiros que ainda estava tapada no tempo em que Tinoco levantou a sua conhecida planta.

O *Bêco do Ourinol* que abria para o *Arco de Jesus*, cita-se em 1606 no óbito da mulher de um atafoneiro que lá residia. No meado do século ainda se mantinha o mesmo nome, quando Domingos Leite Pereira tentou matar D. João IV.

E eis o que pude descrever de curioso nos cartapácios paroquiais da velha freguesia desaparecida em 1755.

MATOS SEQUEIRA.

A casa onde morreu Luís de Camões

Em sessão de 23 de Agosto de 1934, o vereador do Pelouro dos Serviços Culturais Ex.^{mo} Sr. Luís de Macedo, apresentou sobre o contravertido tema da casa onde faleceu o Poeta Nacional, esta proposta, que a Ex.^{ma} Comissão Administrativa unanimemente aprovou.

«Em reunião do Conselho de Estética Cidadina foram, pelo Sr. Dr. José de Figueiredo, levantadas dúvidas acerca do local onde faleceu Luís de Camões, assinalado num prédio da Calçada de Sant'Ana, por uma lápida colocada em 1867. Como Presidente do mesmo Conselho, encarreguei os Srs. Engenheiro Augusto Vieira da Silva e Gustavo de Matos Sequeira, de apresentarem o seu parecer sobre o assunto.

Dêsse parecer (apenso a esta proposta), resulta evidente a necessidade de se mandar retirar a referida lápida, pois que «presentemente é impossível identificar a casa em que faleceu o nosso poeta», sendo, pois, «completamente infundada a versão ou *tradição documental*, de que o acontecimento se passou na casa da esquina da Calçada de Sant'Ana,

para as Escadinhas de S. Luís».

Uma vez chegados a esta conclusão negativa, mas atendendo a que se pode, com precisão, determinar o local onde Camões esteve enterrado, pelo menos desde 1595 a 1737, além de subsistir a presunção de que, logo após a sua morte, em 10 de Julho de 1580, fôra sepultado não muito longe dali; e

«Considerando que o local onde, durante século e meio, jazeram os ossos do nosso grande épico, fôra na antiga Igreja ou Ermida de Sant'Ana, que se erguia então no planalto que dela recebeu a denominação, sitio que actualmente corresponde ao cunhal sudéste do pavilhão do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana;

Tenho a honra de propôr, segundo parecer dos Srs. Engenheiro

Augusto Vieira da Silva e Gustavo de Matos Sequeira, e voto unânime do Conselho de Estética Cidadina:

1) — Que, não tendo qualquer significado histórico, seja retirada a lápida comemorativa da morte de Luís de Camões, que se acha colocada no prédio da esquina da Calçada de Sant'Ana, para as Escadinhas de S. Luis.

2) — Que no cunhal sudéste do pavilhão do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana (local correspondente à porta travessa da antiga Ermida de Sant'Ana), a Câmara Municipal de Lisboa, recordando terem ali estado sepultados os ossos da nossa maior glória literária, mande colocar uma lápida comemorativa, que deverá ser descerrada no próximo dia 10 de Junho de 1935».

Informação sôbre a lápida referente à casa onde morreu Camões, posta em 1867, por Manuel José Correia, no prédio da esquina da Calçada de Sant'Ana, para as Escadinhas de S. Luis.

Sobre o local da morte e enterramento de Camões, foi o estudo completamente esgotado pelo Dr. Jordão de Freitas, num opúsculo editado em 1925, para o que foi buscar todas as fontes de informação conhecidas a que podia recorrer.

Não valendo, por isso, a pena proceder a mais investigações a este respeito, vamos para aqui extractar o que apurou o ilustre Director da Biblioteca da Ajuda.

Sobre o local da morte, não lhe

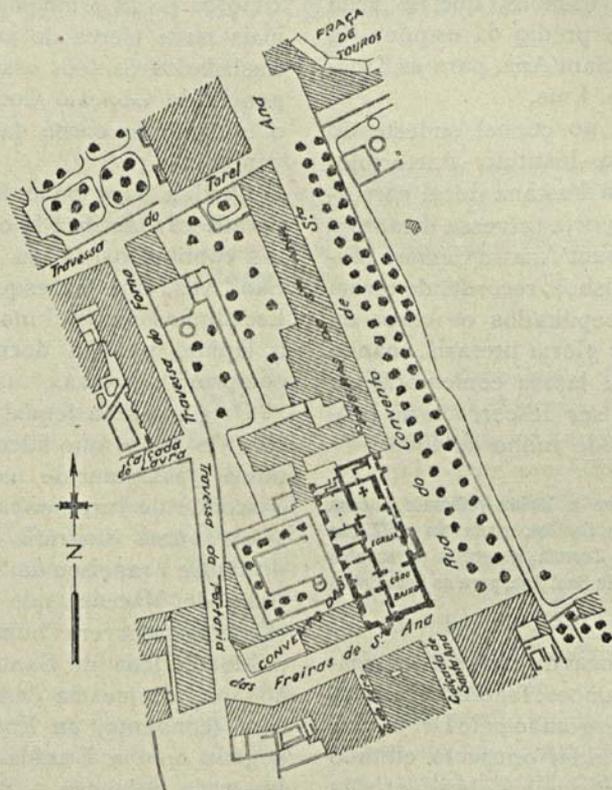
parece oferecer dúvida alguma que foi numa habitação, e não num hospital ou hospedaria (*pousada*), presumindo que seria enterrado fóra da Igreja do Convento de Sant'Ana (então paroquial), no adro ou próximo da porta principal, tendo sido mais tarde (cêrca do ano de 1595, trasladados os seus ossos, por diligência de Gonçalo Coutinho, para o interior do corpo da igreja conventual).

Qual a casa onde faleceu, não permitem identificá-la os documentos conhecidos. A da Calçada de Sant'Ana, que faz esquina para as Escadinhas de S. Luis, onde está a lápida, não há documento que comprove ser essa.

Originou-se a lenda, ou a *tradição*, de ser aí que faleceu o poeta, numa passagem de uma obra do Visconde de Juromenha (1853), baseada numa biografia manuscrita, do Padre Francisco de Santo Agostinho de Macedo, que afirma que «Camões morrera numa casa humilde da Rua de Sant'Ana, junto ao arco da mesma denominação e casa (convento) da Encarnação, e pegada com a Ermida do Senhor Jesus da Salvação e Paz, no lado Ocidental da actual Calçada», tratando-se portanto do prédio que então tinha os n.ºs 52 a 54, e era o segundo a contar das Escadinhas de S. Luis, e contíguo ao da lápida; mas o proprietário deste último, em 1867, Manuel José Correia, achando, porventura, interessante

Planta do extinto Mosteiro de Sant'Ana

Planta referida a 1871

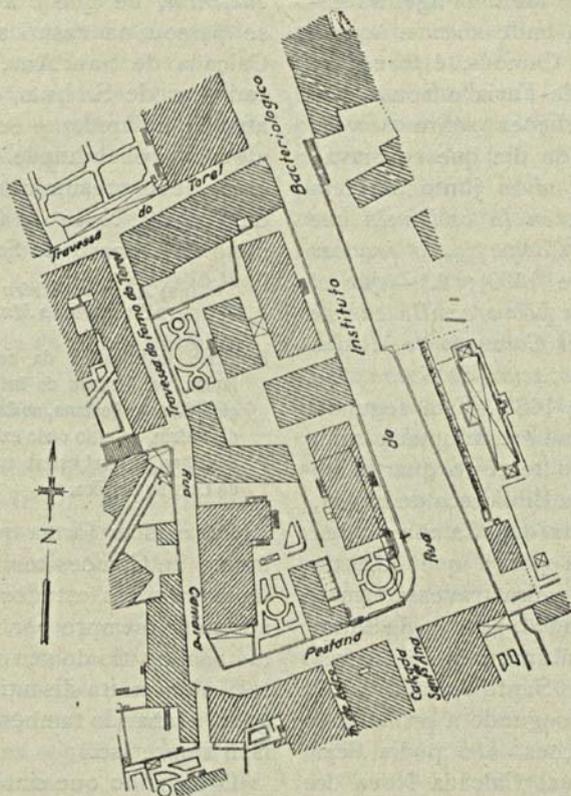


Escala 1:200

A planta do interior da Igreja e Mosteiro de Sant'Ana, foi levantada em 1881 pelo architecto Luís Caetano Pedro de Avila, e reproduzida em «A Verdade acerca dos Ossos de Luis de Camões» pelo padre Sebastião de Almeida Viegas, Lisboa, 1895.

Planta do actual Instituto Bacteriológico Câmara Pestana

Planta referida a 1910



Escala 1:200

A cruz indica o canal da enfermaria do hospital onde deverá ser colocada a lápida comemorativa de ter estado neste local enterrado Luís de Camões.

chamar a atenção para o seu prédio, e sem se importar, ou atender, a que não era aquêla a que se referia o Visconde, mandou colocar a lápida na fachada.

O primeiro documento conhecido, em que se faz uma ligeira referência à casa onde viveu e àquela onde morreu Camões, é fornecido por Manuel de Faria e Sousa, nas suas duas edições sobre a vida do poeta, onde diz que constava: 1.º — que êle viveu junto à igreja de Sant'Ana, *en la callejuela que buelve a la Compañia, o jesuitas* (na edição de 1639); 2.º — *que el murió en una pòbre casilla en que vivia cêrca del Convento de Monjas Franciscas, vocacion de Santa Ana* (na edição de 1685). Esta segunda versão foi também adoptada num manuscrito do terceiro quartel do século XVII, da Biblioteca de Évora, no qual se diz que Camões viveu em uma casa pobre que está ou estava na primeira travessa à mão direita, passando o postigo de Santa Ana, e é a última pegada à cerca dos Padres de Santo Antão.

Esta casa, segundo a primeira e a última citações, não podia ficar senão na actual Calçada Nova do Colégio (antiga Travessa do Monturo), presumindo o Dr. Jordão de Freitas (por ser a última da callejuela), que seria situada no ângulo reinterante que esta via pública fórma na sua parte superior; a segunda citação deixa o local indeterminado.

Em vista, portanto, dos estudos já realizados e aqui resumidos, conclui-se que presentemente é impossível identificar a casa em que faleceu o nosso poeta; e que é completamente infundada versão ou *tradição documental*, de que o acontecimento se passou na casa da esquina da Calçada de Sant'Ana, para as Escadinhas de S. Luís, onde se acha afixada a lápida, e se póde haver alguma probabilidade de localizar a casa, deve presumir-se ser no alto da Calçada Nova do Colégio, próximo da Calçada de Sant'Ana.

(aa) *Augusto Vieira da Silva.*
Gustavo de Matos Sequeira.

Relatório justificativo da colocação de uma lápida na fachada do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, no Campo dos Mártires da Pátria, no sítio onde existiu a Ermida de Sant'Ana, na qual esteve enterrada a ossada de Luis de Camões.

Da mesma fórma que o local da morte de Camões tem sido objecto de numerosos estudos e hipóteses, acabando sempre por ficar incerto, também o sítio do seu enterramento tem sido muito discutido e investigado, acabando também sempre por ficar impreciso.

O trabalho que sintetisa todas as hipóteses e presunções formuladas a êste respeito foi elaborado em 1925, pelo Dr. Jordão de Freitas, ilustre Director da Biblioteca da Ajuda, e dele vamos resumir o que poderá servir para justificar a colocação de uma lápida comemorativa do local do enterramento de Camões, em

substituição da que tão inconscientemente foi colocada, em 1867, numa casa da Calçada de Sant'Ana, que diz ter sido nessa casa que o nosso épico faleceu.

Do que dizem os autores contemporâneos do poeta, e os mais antigos que se referem ao seu enterramento (Manuel Correia, o livreiro Estevão Lopes e Diogo do Couto), deduz-se que elle foi sepultado à porta do Mosteiro de Sant'Ana, da banda de fóra, *chãmente*.

Aí esteve até cêrca de 1595, em que D. Gonçalo Coutinho lhe deu *sepultura honrada*, trasladando-lhe os ossos para o interior da igreja, à mão esquerda da porta principal, e colocando uma lápida no pavimento, com uma inscrição muito vulgarizada.

Os escritores e biógrafos que se lhes seguiram (Pedro de Mariz, Severim de Faria e Faria e Sousa), passaram a deixar de fazer referência ao *Mosteiro*, e indicaram a *Igreja de Sant'Ana* como primitivo local do enterramento do poeta.

Mais tarde (depois de 1644-45), começou a lançar-se a versão (Faria e Sousa, na segunda «Vida del poeta», Fr. Fernando da Soledade e Barbosa Machado), de que, enterrado primitivamente na igreja, foram os seus ossos trasladados por D. Gonçalo Coutinho, para outro local da mesma, que os investigadores da Comissão, nomeada em 1880, presumiam que fôsse no eixo longitudinal do templo, por baixo do mu-

rete da grade que separava o côro *de baixo*, do corpo da ermida.

A trasladação dos despojos do poeta, de fóra da porta do mosteiro, onde jaziam *pobre e plebeiramente*, para o interior da ermida onde D. Gonçalo Coutinho lhes deu sepultura honrada, é a versão que ao Dr. Jordão de Freitas se afigura mais verosimil, em conformidade com os escritores contemporâneos, e corroborada por outros autores (João Soares de Brito, Franco Barreto), que tinham ainda a lápida patente para inspecção directa.

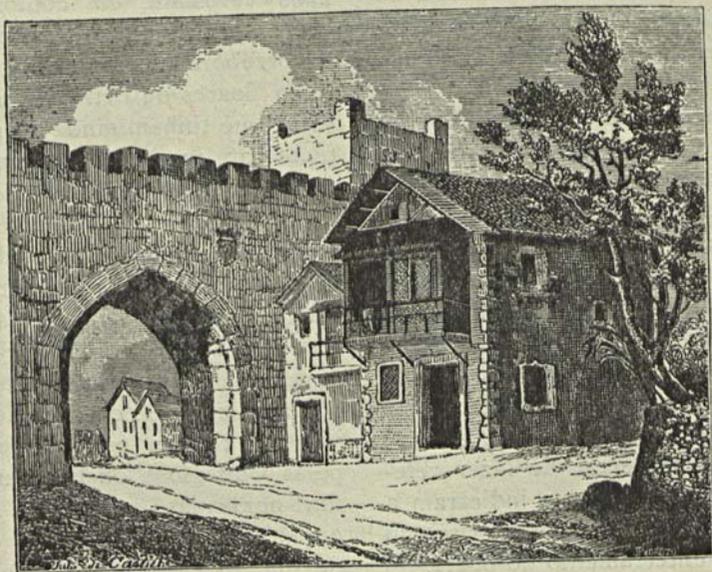
Nas edições da sua «História Seráfica», 1709 e 1737, diz Fr. Fernando da Soledade que ainda então lá se encontrava a sepultura de Camões com a lápida, à esquerda da entrada principal da igreja; dahi em diante perde-se-lhe o rasto.

Não tendo sido encontrados, com visos de certeza, os ossos do poeta, pelas Comissões officiais para êsse fim nomeadas em 1834, 1754 e em 1830, e não havendo certeza de que os que foram oficialmente em 1880 para Igreja dos Jerónimos fôsem autênticos, — do que não póde haver dúvida é que a ossada de Camões esteve enterrada na Igreja de Sant'Ana pelo menos desde o ano de 1595 até o de 1737; são datas precisas, e suficientes para a nobilitação do local.

A Igreja ou Ermida de Sant'Ana, no planalto ou campo que dela recebeu a denominação, já existia an-

teriormente ao convento da mesma invocação. Este foi fundado, cerca do ano de 1561, pela rainha D. Catarina, mulher de D. João III, para Religiosas Penitentes da Ordem de St.º Agostinho, que no ano immediato se transmudaram para a Ordem Franciscana.

uma nova fachada, onde se rasgou a nova porta principal, também com a mesma orientação. Foi neste prolongamento da igreja, por baixo do côro, que, segundo a maior verosimilhança, D. Gonçalo Coutinho fez sepultar os ossos do seu amigo, conforme ficou dito acima.



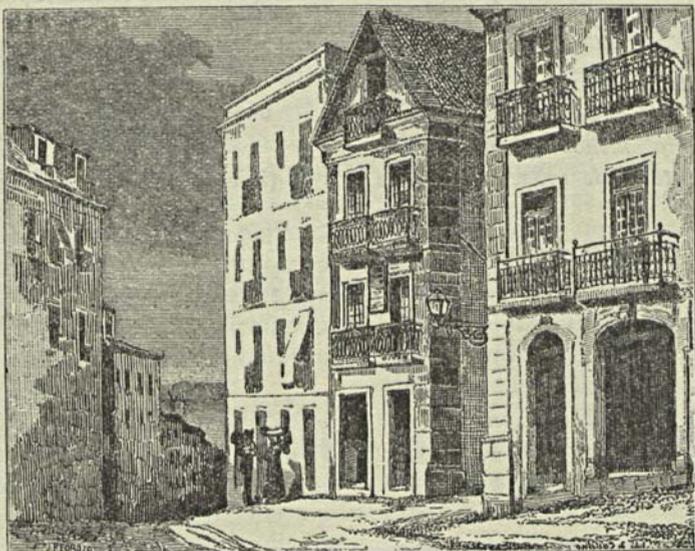
CASA DE CAMÕES EM 1580
 Desenho conjectural de Julio de Castilho
 Publicado na Revista «A Arte», vol. 2.º — 1880, pag. 96

Na construção do mosteiro foi incorporada a ermida, como igreja do mesmo, tendo sido ampliada pelas freiras, por 1573, para, no seu prolongamento, se formar um côro alto, o que exigiu a demolição da fachada com a porta principal, voltada ao sul, e a construção de

Mais tarde, cerca do ano de 1729, foi esta parte amputada à igreja, e incorporada nas dependências do mosteiro para se construir aí outro côro, ou côro de baixo, inferiormente ao de 1573, que passou a ser côro de cima, para o que as freiras entaiparam a porta principal da er-

mida, collocaram uma grade de ferro no sítio da primitiva porta, e abriram as comunicações dêste novo côro com o interior do mosteiro. Foi desta fôrma a sepultura de Camões incluída nas dependências monásticas, e segregada da parte destinada aos fieis.

Instituto Bacteriológico e Hospital Anexo, apesar da opinião desfavorável à demolição da ermida, que se manifestou na imprensa, e de algumas pessoas versadas em estudos históricos e arqueológicos. Foi contudo demolido parte do mosteiro e da ermida, e no seu lugar



SUPOSTA CASA DE CAMÕES EM 1880, ONDE FOI COLOCADA A LÁPIDA EM 1869

Desenho do natural de Julio de Castilho

Publicado na Revista «A Arte», vol. 2.º — 1880. pag. 97

Desde então ficou a ermida com uma única porta, a lateral, orientada para o nascente, que é a que conservou até à sua demolição.

Nos fins do século passado resolveu o Governo aproveitar o local do mosteiro em ruínas, e da sua igreja, para a construção de um

levanta-se desde 1897 o citado Instituto, que recebeu o nome do médico bacteriologista Câmara Pestana, ficando com a fachada principal para a Rua do Instituto Bacteriológico e caindo a parte posterior sobre a Rua Câmara Pestana. A instalação dos serviços do Instituto

18 Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

efectuou-se em princípios de 1900, sem cerimónias de inauguração.

A porta travessa da ermida ficava a cêrca de dezanove metros do seu cunhal sudoeste; no sitio exacto do cunhal sudeste do pavilhão do Instituto destinado ao tratamento da raiva.

A lápide a colocar aí poderá ter uma inscrição do seguinte teor:

*Nêste local existiu a Ermida de Sant'Ana na qual estiveram enter-
rados, pelo menos desde o ano
de 1595 até o de 1737, os ossos de*

*Luis Vaz de Camões, o grande
cantor das glórias portuguezas, os
quais, ou outros supostos do poeta,
foram transportados para a Igreja
dos Jerónimos em 8 de Junho de 1880.*

A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, para recordação do local e do acontecimento, mandou pôr esta lápide em ...

Lisboa, 7 de Agosto de 1934.

O Vogal da Comissão de Estética Cidadã
da Câmara Municipal de Lisboa.

(a) *Augusto Vieira da Silva.*

As Termas Romanas da Rua da Prata, em Lisboa

Por iniciativa do jornal *O Século*, e sob o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, realizou-se em 23 de Agosto de 1934 uma visita de estudo às conservas de água situadas no sub-solo das Ruas da Prata e dos Retrozeiros, e por baixo dos prédios que formam a esquina sudoeste daquelas ditas ruas, designadas nos livros que delas tratam por *Termas Romanas da Rua da Prata*, dedicadas a Esculápio.

O ilustre arqueólogo Gustavo de Matos Sequeira, a quem se deve a ideia daquela exploração, e que foi como que o seu relator, deu a público no jornal *O Século*, do dia imediato, os pormenores da visita, e as suas impressões sobre a origem da construção.

O seu relato, feito com o estilo cintilante que caracteriza todas as produções do ilustre arqueólogo olisiponense, começa pelos seguintes períodos:

«Ontem, por uma manhã luminosa e esplendida, trespassada dos gritos madrugadores da cidade, uma

dúzia e meia de criaturas curiosas, de alfacinhas entusiastas, enterraram na sombra repousante do esquecimento a lenda das *Termas de Tibério*, e trouxeram, deslumbradas, para a luz, a verdade surpreendente de uma grandiosa obra ignorada — a obra dos engenheiros e architectos pombalinos. Dilucidou-se a sombra, remota e augusta, dos *frigidaria* e dos *hipocausta* tiberinos que alimentariam, na versão já secular, bebida na *Memória* imaginosa do cisterciense Frei José do Sacramento, as *Termas Romanas da Rua da Prata*; mas, em compensação, formou-se, com substância, corpo e nervos, a certeza iniludível de que a obra subterrânea, ontem visitada, era o notável complemento architectónico da reconstrução da Lisboa do século XVIII.

O que ontem vimos vale — quanto a nós — bem mais que umas termas que tivessem dedicado a Esculápio, os augustais Lúcio Fábio Daphno e Marco Afranio Euporião, como rezava a lápida abusivamente posta no patim n.º 85 da Rua dos Retro-

zeiros. Aquelas fortes e dominadoras galerias, de arcos contrafortados, de uma solidez inteligente que chega a ter beleza, traçadas sob as paredes mestras dos prédios, que os amparam uns contra os outros nos quarteirões setecentistas, riscados por Manuel da Maia, estão ali, não documentando um balneário romano que sobre elas se erguesse à babugem da água do antigo esteiro do Tejo, mas um jogo e um tramo de suportes de alicerces, aguentando o pêso das descargas murais, com aproveitamento, ao mesmo tempo, para benefício dos moradores, das nascentes pre-terremotum.

Quero dizer; quando depois de 1755 se resolveu construir, entre o Terreiro do Paço e o Rossio, a cidade nova, modificando as ruínas restauráveis dos velhos arruamentos da Lisboa de D. João V, o sábio e bondoso Manuel da Maia, Mardel, Eugénio dos Santos e os outros não se limitaram a razeirar as velhas paredes à picareta e à bala, entulhando os desnivelados quarteirões que o terramoto aluira. O plano foi maior, mais inteligente, mais completo, mais perfeito.

Até hoje ninguém o tinha vislumbrado. Nem *Amador Patrício*, na sua conhecida obra *Providências sobre o terramoto*, o deixara supôr. Toda a Baixa, todos os seus quarteirões, foram erguidos sobre a rede resistente de galerias arqueadas, de arcos de cantaria curvados sobre fontes, bicas e nascentes, de que

ontem vimos uma amostra, alastrada à roda do trço da Rua da Prata, entre a de S. Julião e a da Conceição. O exame feito, em conjunto, de vários poços vizinhos e distantes, que todos accusam, a meio fundo, o abobadado dos reservatórios, dá a entender isso mesmo. Não é só a rede subterrânea dos corredores da Rua da Prata que existe; não é só esse conjunto de arcos e aduelas de cantaria, constituindo abobadados, que marca a obra pombalina; são dez, vinte, trinta, cem talvez, agora retalhados e isolados uns dos outros pelos canos gerais das ruas da Baixa. O consórcio de um regime de águas com o regime de alicerces, documentado agora pela primeira vez, põe mais alto ainda do que estava a obra pombalina.

Coube-nos a nós, os visitantes de ontem, a honra e o prazer de poder estabelecer esta afirmação, e cabe à Câmara Municipal e ao *Século* a prioridade de uma descoberta de alta importância histórica e artística, que reverte a favor da cultura portuguesa, pondo em pleno século XVIII a aplicação de princípios arquitetónicos que nobilitariam a engenharia da construção urbana de qualquer país, em anos bem mais adiantados».

*
* *

Não tendo podido associar-nos, por motivo de serviço público, àquela excursão de estudo, a lei-

tura do artigo sugeriu-nos a carta seguinte ao nosso amigo e consócio Matos Sequeira, a qual êle fez publicar no jornal *O Século*, do dia 24 de Setembro:

Lisboa, 26 de Agosto de 1934.

*Meu presado Amigo e Ilustre
Confrade Matos Sequeira:*

Se tive um grande pesar de não poder acompanhar a visita às conservas de água subterrâneas da Rua da Prata, promovida pelo jornal *O Século*, sob o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, maior foi ainda a minha pena, ao lêr no jornal o relato da excursão, feito por V. Ex.^a, por não me ter sido dado trocar impressões com V. Ex.^a sobre a origem das construções. Não tive ensejo de examinar os materiais de construção, nem a forma da estrutura, e por isso as considerações que vou fazer resentir-se-hão dessa minha falta de exame, podendo servir apenas de base para prosseguimento da discussão.

A duas épocas separadas por um intervalo de seis séculos se poderá atribuir a construção daqueles reservatórios; ou a uma época anterior à conquista de Lisboa, compreendendo portanto a da dominação romana, ou à época da reconstrução da Cidade, logo após o terramoto de 1755.

Durante êste intervalo de cêrca de seis séculos, que decorrea desde a conquista até ao cataclismo mencionados, a topografia do local manteve-se inalterada, ou com alterações insignificantes, como mostram os documentos. No sítio dos reservatórios em questão havia ruas, largos e edificações, sem relação alguma com a orientação e distribuição dos mesmos subterrâneos, que deviam ser alimentados com as águas daquelas nascentes subterrâneas; portanto se já eram uma construção anterior à conquista de Lisboa em 1147, estavam soterrados, e sobre êles existiam vias públicas e casas.

No caso de se tratar de uma construção pombalina, como V. Ex.^a presame, destinada a amparar as paredes mestras dos prédios saper-jacentes, porque tem ela uma direcção tão enviezada relativamente a essas paredes, que coisa alguma justifica?

Logo depois do terremoto promulgaram-se várias *Providências* com o fim de evitar-se a reconstração desordenada da parte baixa da Cidade; e decorridos menos de dois meses depois do cataclismo já se pensava em regularizar os declives do vale da Baixa até às cortinas do Terreiro do Paço e da Ribeira (Avisos de 11 e 22 de Dezembro de 1755). Outra *Providência* (Aviso também de 22 de Dezembro de 1755) mandava que fossem lançados os entulhos entre a Rua Nova do Almada (antiga e actual) e a Rua da Padaria (antiga, anterior ao terramoto), que era a zona onde se acham situados os subterrâneos ou conservas de água de que estou tratando. Em 30 de Dezembro de 1755 determinou-se que todos os edificios a construir fossem uniformes, e em 10 de Fevereiro do ano immediato foram ameaçados os proprietários de se mandar demolir à sua casta os edificios que fossem construídos fóra dos planos da nova reedificação.

Em nenhuma *Providência* se faz a menor referência a êstes reservatórios de água, e não parece natural que, estando em estado os projectos de reconstração da Cidade, que por Manuel da Maia ou sob a sua superintendência foram feitos logo em 4 de Dezembro de 1755, em 16 de Fevereiro, e em 19 de Abril de 1756, se fôsse emprender uma construção com orientação completamente arbitrária, sem ligação alguma com os planos que se estavam estudando para a reconstração da Cidade.

¿ Seriam aqueles reservatórios construídos para armazenar água para abastecimento da população do vale da Baixa? — ¿ Mas depois dos architectos da Cidade terem à sua vista a monumental obra do aqueducto e depósitos de água das Águas

Livres, ocorrer-lhes-ia fazer uma obra tão mesquinha, com tanto maro, separando câmaras relativamente pequenas? — Não parece razoável.

Se naquele local da Baixa havia e há vários poços que vão abastecer-se nas conservas de água, também há muitos outros que não tem relação alguma com aquela origem.

Existe na Baixa, de facto, um lençol de águas, aí por uns três ou quatro metros de profundidade, que se forma em consequência do lançamento de entalhos, de terras argilosas, e de sedimentação em diferentes épocas, e que pouco a pouco, com o decorrer dos séculos, formaram uma camada impermeável que encaminha as águas segundo esse lençol.

No local do edificio que se construiu para o Crédito Predial, na Rua Augusta, que foi profundado até oito metros abaixo do leito da dita rua, encontraram-se, até cerca de três metros de profundidade, entalhos recentes, posteriores ao terramoto; e a essa profundidade começavam os alicerces dos prédios de construção pombalina.

Nesse nível existia um poço pertencente a um dos prédios demolidos, cujo nível da água ficava a uns quatro metros de profundidade relativamente ao leito da mencionada rua, e que era abastecido com as águas do lençol subterrâneo, sem comunicação com qualquer reservatório; foi demolido sem se ter encontrado qualquer coisa digna de menção; apenas tinha no fundo muitos cacos de bilhas e de garrafas.

Daí para baixo, até à profundidade de oito metros, o terreno era de argila compacta, e à dita profundidade encontrou-se a praia de areia, com conchas de mariscos, como as da época actual. Aí deparou-se um fragmento de um cano de drenagem de origem romana, formado por tijoleiras imbricadas, com a extensão aproximada de quatro a cinco metros, de que dei notícia no *Arqueologo Português*, (ano de 1922, vol. 25.º, pág. 180), e de que ofereci algumas ao Museu Dr. Leite de Vasconcelos.

Se portanto a oito metros de profundidade havia restos de obra romana, fica provado que ainda no tempo do domínio romano existia o esteiro do Tejo que penetrava pelo vale da Baixa.

Para o lado da sua foz, isto é, em direcção ao Terreiro do Paço, parece que o esteiro tinha um estrangulamento, pelo avanço do terreno do lado da Magdalena, pois que, segundo fui informado pelo Sr. Engenheiro Vasconcelos, Director da Companhia dos Fosforos, no local do edificio do escritório da Companhia, entre a Rua de S. Julião e a do Comércio, próximo da Rua do Ouro, ao fazerem-se as excavações para a construção duma casa subterrânea, encontrou-se rocha com fósseis incrustados, a cerca de três metros abaixo do nível das ruas. Nas proximidades deste local ficam as conservas de água da Rua da Prata, sendo portanto muito natural que o terreno firme nesta rua se ache também a pequena profundidade, e que a construção dos reservatórios assente directamente sobre elle. Não repugna portanto admitir que, sendo então profundo todo o esteiro da Baixa, e estando descoberto, os romanos, que construíram o seu tabo de drenagem a oito metros abaixo do nível actual das ruas, no local do edificio do Crédito Predial, tenham construido as suas termas a quatro metros abaixo do mesmo nível, sobre terreno de rocha, com as suas nascentes a borbalharem do fundo dos reservatórios, e com procedência porventura dos montes do Castelo e da Graça, mas certamente muito diferente da do lençol de águas da Baixa, que se forma muito mais tarde, durante os séculos que decorrem até à constituição de Portugal em país independente.

As fundações dos edificios pombalinos da Baixa divergem inteiramente da disposição que apresentam as conservas de água, sapendo-as alicerces de construções,

Tive ocasião de ver essas fundações em dois sítios bastante distantes, um ao norte e outro ao sul do local das conservas.

Quando se construiu o edificio do Crédito Predial puzeram-se a descoberto, em 1922, os alicerces das paredes mestras dos prédios que foram demolidos para construção daquele, e dos que se conservaram, e lhes ficavam contíguos. Esses alicerces eram constituídos, a cerca de quatro metros abaixo do leito da Rua Augusta, por grades formadas por quatro troncos de pinheiros dispostos longitudinalmente, os quais assentavam em outra camada de pedaços de troncos mais delgados dispostos transversalmente; estas grades firmavam-se em quatro filas longitudinais de estacas de pinheiro, com um metro e quarenta centímetros de comprimento e distanciadas cerca de trinta centímetros de eixo a eixo. As estacas, que estavam completamente enterradas na camada de argila compacta que começa a quatro metros de profundidade, achavam-se tão bem conservadas como se tivessem sido acabadas de enterrar; pelo contrário, os troncos das grades, que não estavam protegidos pelo lodo, e entre os quais havia vãos que permitiam uma certa circulação ou armazenagem de ar, estavam mais ou menos apodrecidos.

O outro sítio onde pude examinar o processo de fundação de edificios posteriores ao terramoto foi no da antiga Alfândega da Praça do Comercio, quando se reconstruiu (de Janeiro de 1925 a Outubro de 1927) o edificio incendiado. Poz-se então a descoberto a base de um pilar interior, e via-se que a fundação era constituída por grades formadas por duas camadas cruzadas de troncos de pinheiro, com cerca de três metros de comprimento, assentado igualmente sobre estacas curtas.

No local da séde da Companhia dos Fósforos, na Rua de S. Julião, a que acima me refiro, encontraram-se também fundações idênticas, segundo informação do citado engenheiro Director da Companhia.

Por isso, sendo uniforme o processo de fundação dos alicerces dos prédios na Baixa, e como admitir que se abrisse uma

excepção para as paredes dos prédios da Rua da Prata e dos Retrozeiros, que assentam sobre as conservas de água, e além disso sem ligação alguma de orientação com a dessas paredes, ao contrário do que dizem as regras de construção, que não podiam ser desconhecidas dos criativos architectos que tiveram que estudar e resolver o grande problema de uma cidade caída por terra?

Dizia eu, no principio desta exposição, que me faltou o ensejo de examinar *in loco* os materiais e processo de construção da edificação das conservas de água. Essa falta, porém, foi-me remediada pela descripção que das termas fez um minucioso investigador, Francisco Martins de Andrade, em 1859, e que vem extractada na *Revista Archeologica* de Borges de Figueiredo (vol. III, 1889, pág. 23).

Este conservador da Bibliotheca Nacional pôde ver e descrever cousas hoje desaparecidas, que foram postas então a descoberto, e depois tiveram de ser demolidas para a construção do colector da Rua dos Retrozeiros.

As suas investigações são muito minuciosas; entram pela composição das argamassas, da qualidade das pedras, da extractura do edificio, fundações, e não lhe deixaram dúvida que se trata das fundações de uma construção romana destinada a termas, de que ainda se viam restos dos *alveos* ou banheiras por cima da extractura de galerias e canaes ainda hoje existentes, que seriam o reservatório de armazenagem das águas para os banhos. Além de pedra, de aglomerados de tijolo e de mármore, entravam na construção das abóbadas e paredes: tejos de alvenaria, alguns com 0^m,503 de comprimento, 0^m,302 de largura e 0^m,064 de espessura. Estes tejos eram próprios das construções romanas, e não se faziam na época pombalina.

¿E como explicar o aparecimento em 1770, junto das conservas de água, e simultaneamente com a descoberta das mesmas,

da pedra com inscrição votiva?—I que singular coincidência, se ela não pertencesse ao edificio junto do qual foi encontrada!—Esta pedra está actualmente no Museu Etnológico, em Belém, ao qual foi oferecida pelo proprietário do prédio da Rua dos Retrozeiros, onde esteve afixada. E note-se que a sua inscrição, demasiado vulgarizada, não é dada como apócrifa pelo sábio Emilio Hübner (*Noticias Archeologicas de Portugal*, 1871, pág. 8). No tempo do Marquês de Pombal não estavam em tanto apreço os estados archeológicos que merecessem a um ratão de bom gosto ir compôr uma inscrição para desnortear ou intrigar os sábios; e pois se, por esse tempo, até se deixou perder a lápida com a inscrição da sepultura de Camões, na Igreja de Sant'Ana!

Por todas estas considerações permitame o meu Ex.^{mo} Confrade e bom amigo que discorde da sua opinião quanto à procedência das chamadas conservas de água da Rua da Prata, e que, até prova conclusiva em contrário, eu admita a origem romana dos restos do edificio que ainda permanecem.

Com consideração e estima, etc.

A. VIEIRA DA SILVA,

*
* * *

Não se conformando inteiramente com as razões por nós alegadas, o Sr. Matos Sequeira acompanhou a carta que se acaba de transcrever, com as seguintes considerações:

«Sentimos não poder dispôr do espaço necessário para analisar e discutir as ponderadas considerações do illustre olisipógrafo Sr. engenheiro Augusto Vieira da Silva,

com a largueza que mereciam. A sua illustrada e elegante contradita—que é das tais que, por todos os motivos, honra o contraditado—exigia uma desenvolvida referência apreciativa. Temos que nos cingir a pouco, e que S. Ex.^a nos desculpe.

Em primeiro lugar e logo para matar um ponto discutido; as conservas da Rua da Prata não são realmente fundações do quarteirão pombalino. O que me levou a esse convencimento foi a observação, feita na ocasião do exame efectuado (e que ali nos foi comunicada), de que a orientação das paredes e arcos das galerias coincidia com a das paredes mestras e divisórias dos prédios que lhes ficavam superiores. Verificou-se, depois, pela cuidada sobreposição das plantas, que as galerias das conservas estão orientadas poente-nascente, cruzando-se em diagonal com as fundações do quarteirão. Essa verificação deitou por terra a nossa hipótese. A planta das conservas, agora levantada com exactidão, e posta sob o traçado pombalino na mesma escala, não deixa a menor dúvida.

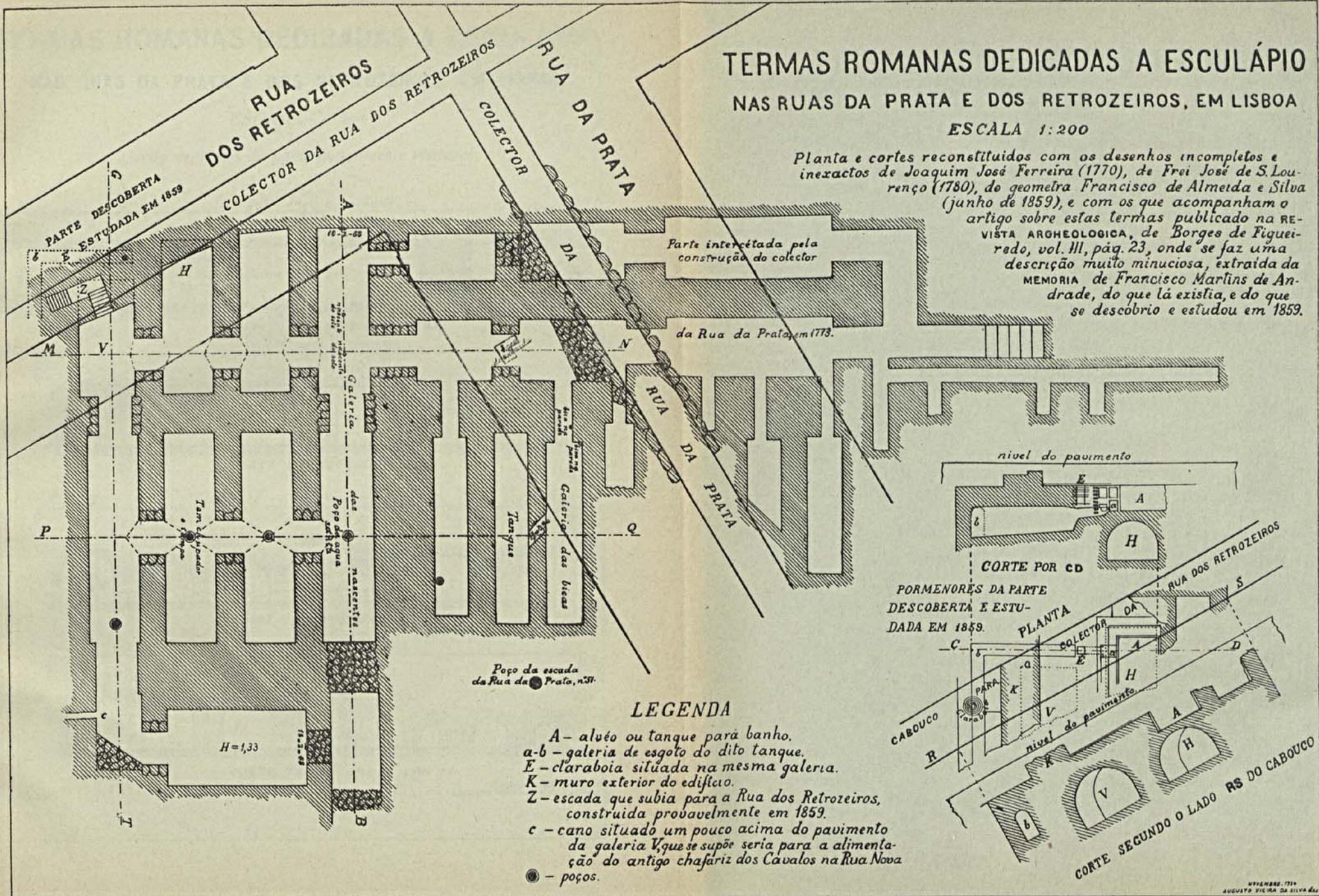
Porém, quanto à obra construtiva das conservas é que permanece o nosso ponto de vista. O que lá está, o que eu vi, é pombalino, ou, pelo menos, do século XVIII, sem sombra de contestação. O aparelho, o material, o aspecto global, enfim, não dão outra conclusão senão essa.

TERMAS ROMANAS DEDICADAS A ESCULÁPIO

NAS RUAS DA PRATA E DOS RETOZEIROS, EM LISBOA

ESCALA 1:200

Planta e cortes reconstituídos com os desenhos incompletos e inexactos de Joaquim José Ferreira (1770), de Frei José de S. Lourenço (1780), do geometra Francisco de Almeida e Silva (junho de 1859), e com os que acompanham o artigo sobre estas termas publicado na REVISTA ARQUEOLÓGICA, de Borges de Figueiredo, vol. III, pág. 23, onde se faz uma descrição muito minuciosa, extraída da MEMÓRIA de Francisco Martins de Andrade, do que lá existia, e do que se descobriu e estudou em 1859.



PARTE DESCOBERTA ESTUDADA EM 1859

Parte interceptada pela construção do colector da Rua da Prata em 1773.

Poço da escada da Rua da Prata, nº 31.

LEGENDA

- A - alvéo ou tanque para banho.
- a-b - galeria de esgoto do dito tanque.
- E - claraboia situada na mesma galeria.
- K - muro exterior do edificio.
- Z - escada que subia para a Rua dos Retrozeiros, construída provavelmente em 1859.
- c - cano situado um pouco acima do pavimento da galeria V, que se supõe seria para a alimentação do antigo chafariz dos Cavalos na Rua Nova
- - poços.

PORMENORES DA PARTE DESCOBERTA E ESTUDADA EM 1859.

PLANTA

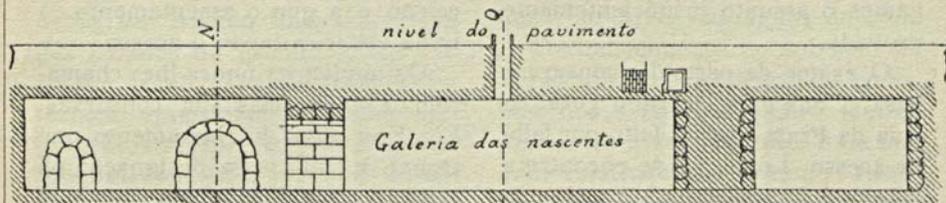
CORTE SEGUNDO O LADO RS DO CABOUCO

TERMAS ROMANAS DEDICADAS A ESCULÁPIO

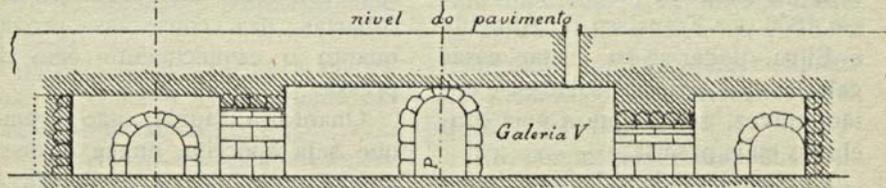
NAS RUAS DA PRATA E DOS RETROZEIROS, EM LISBOA

ESCALA 1:200

Córtes verticaes da parte actualmente visitavel



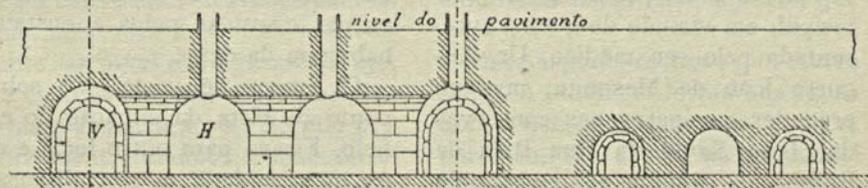
CORTE LONGITUDINAL POR AB



CORTE LONGITUDINAL POR CT



CORTE TRANSVERSAL POR MN



CORTE TRANSVERSAL POR PQ

NOVEMBRO 1904
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA, des.

Se houve, como é possível, aproveitamento de obra anterior, os vestígios não aparecem. As observações feitas por Martins de Andrade em 1859 acusam a existência de vestígios romanos, no parecer do estudioso conservador, mas julgamos o assunto insuficientemente provado.

O exame da parte das conservas para o nascente do cano geral da Rua da Prata não foi feito por falta de acesso. Logo que se encontra a lage que dá serventia à escada que está marcada na planta levantada em 1856 por Francisco de Almeida e Silva, poder-se-ão visitar essas galerias que ficaram isoladas, e então, talvez, se chegue a uma conclusão mais precisa.

Nesse ano ainda todas as galerias podiam ser visitadas, o que nos leva a crêr que o cano se construiu posteriormente. Seria antes de 59? Se assim foi, Martins de Andrade teria examinado os tramos do nascente, e talvez fôsse aí que se lhe tivessem deparado restos da construção romana.

Foi em 1868 que a Câmara Municipal, em virtude de queixa apresentada pelo seu médico, Dr. Augusto João de Mesquita, mandou proceder a reparos nas conservas da *Água Santa* da Rua Bela da Rainha. A entrada era então pelo poço da escada n.º 59. Havia umas infiltrações do cano de esgôto de um prédio da Rua de S. Julião, e era preciso não deixar inquirar

a preciosa água. A obra fez-se em Fevereiro e Março desse ano. Cimentou-se o lagedo do pavimento, e fizeram-se as paredes de cimento que lá estão a cortar três das galerias. Foi então que se construiu a escada que dá para a Rua da Conceição e a que o assentamento da linha eléctrica tapou o acesso.

Os municipes nunca lhes chamaram *Termas*, mas sim conservas. Foi Frei José do Sacramento que trouxe à balha essa designação no terceiro quartel do século XVIII, mas esqueceu logo. As successivas descobertas das conservas provam quanto o esquecimento vem depressa.

Quanto à lápida, não crêmos que seja apócrifa, nunca o dissemos. O que está é deslocada do seu lugar, que não sabemos qual fôsse. Por fantasia, puseram-na na escada n.º 85 da Rua dos Retrozeiros, tanto por fantasia que o poço dessa escada já está fora do âmbito da suposta obra dedicada a Esculápio.

Enquanto documento concludente não aparecer, não acreditamos nas termas erguidas pelos augustais à babugem da água.

O assunto é vasto, até sob o ponto de vista da situação do edificio. Ficará para outro local e outra oportunidade a sua discussão interessante. Basta a contradita do nosso illustre confrade e amigo para lhe dar interêsse e para o valorizar».

M. S.

*
* *
*

Entendendo, porém, nós que o prosseguimento da controvérsia excedia o ambito permitido às discussões jornalísticas, e que o assunto devia ser tratado fóra do campo das paixões do grande público, e passar para o domínio recatado da técnica, apresentamos mais os argumentos seguintes, que julgamos concludentes para justificar a origem romana da construção:

Várias objecções poderiam estar na mente do nosso illustre contraditor, para comprovarem a sua recusa de romana à construção das conservas de água.

Situação. — Os estabelecimentos balneários construiam-se então, como hoje, e como sempre, onde brotam as nascentes. Já anterior à conquista cristã, em 1147, há notícia de termas em Lisboa; a referência é naturalmente aos banhos antecessores das actuais *alcaçarias* no Terreiro do Trigo, e dos quais provém a denominação *Alfama* para o bairro onde ficavam situados. Estas nascentes acham-se sensivelmente ao nível das águas do Tejo.

¿ Qual a origem destes banhos termais das alcaçarias? Seriam primitivamente romanos, e mais tarde aproveitados ou reconstruídos pelos mouros quando se assenhorearam da cidade? É o mais natural, porque os romanos, tão amigos de banhos como eram, não deviam deixar

perder para o rio umas águas que se lhes ofereciam com a maior facilidade para o seu aproveitamento. Não há, porém, documento que permita esclarecer este assunto; mas quer fôsem de origem romana, quer moura, a sua instalação era quasi ao nível das águas do mar.

O conhecimento do sub-solo da Baixa, mostra que o lençol de águas, que fica a três ou quatro metros abaixo do nível das ruas, é de origem relativamente recente; resultou da sedimentação, enchimento com entulhos, etc., feito durante os séculos que medearam desde a dominação romana até à conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, em 1147.

No tempo dos romanos existia ainda parte do esteiro da Baixa, com sua praia, como se reconheceu pela descoberta, feita em 1922, de um cano de drenagem assente sobre a areia. Mais para os lados da sua foz, no sitio das conservas de água da Rua da Prata, o terreno é de rocha a pequena profundidade, e parece que formava aí um esporão vindo dos lados da Madalena, que estrangulava a entrada do esteiro; é nesse esporão rochoso que estava fundado o edificio termal; as águas que abasteciam este não podiam, portanto, ser as do actual lençol subterrâneo, que ainda não estava formado, mas sim águas próprias provenientes doutra origem, porventura dos flancos dos montes do Castelo ou da Graça.

Mas este estabelecimento, com relação ao nível do mar, estava exactamente nas mesmas condições em que se achavam (e se acham ainda) as termas das Alcaçarias, isto é, o estabelecimento seria fundado numa cota sensivelmente igual à do nível do rio, porque aí é que brotavam as águas que se pretendia aproveitar, como era natural, económico e de fácil realização.

Qualidade da pedra.—Não tendo podido ver a qualidade da pedra que forra as paredes e os arcos das galerias, fômos, todavia, informados de que ela é calcárea. Esta espécie de material foi muito usada pelos romanos nas suas construções em Lisboa. É natural que eles explorassem as pedreiras de Lisboa e seus arredores, para obterem as pedras de cantaria, como ainda actualmente se pratica, e cujos tipos são o lioz branco de Montelavar, o bastardo azulado de Vila Verde, e o amarelado chamado de Paço d'Arcos, que se extrai das pedreiras de S. Domingos de Rana, e suas visinhanças. É provável que também explorassem pedreiras de calcáreo nalguns pontos do próprio solo de Lisboa, e nas visinhanças do Convento dos Jerónimos. Todos os cipos e monumentos de origem romana que se guardam no Museu Dr. Leite de Vasconcelos, em Belém, o grande pedestal de estátua votiva que está no pátio do Museu do Carmo, para onde foi levado conjuntamente com fragmentos de colunas

e capiteis romanos, de umas excavações a que se procedeu em 1922 na Rua Afonso de Albuquerque, são de mármore, com paramentos burnidos.

Os romanos usaram portanto como cantaria, nas suas construções em Lisboa, o material que exploravam no local ou nas suas visinhanças, como se fazia no tempo do Marquês de Pombal, e como se faz ainda hoje, e como é natural e intuitivo.

Aparelho da cantaria.—Como também não vimos o aparelho da pedra de cantaria, temos que curar pelas informações que nos deram, e pelas fotografias que examinámos, tiradas na ocasião, e que nos foram facultadas pelo Sr. Engenheiro-Major Vilar, Comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros.

O aparelho da cantaria, em certas zonas mais ou menos extensas, e especialmente nalguns encontros dos arcos que contrafortam as câmaras ou galerias, é o chamado *almofadado rústico*, nalguns sítios tão tôsko, que apenas apresenta de regular a faixa de aresta que define as juntas e os leitos das pedras.

Esta espécie de aparelho era muitíssimo usada pelos romanos. Na monumental obra de Giambattista Piranesi, architecto veneziano, sobre antiguidades romanas, pódem vêr-se inúmeros exemplos de almofadados rústicos em muros e arcos, perfeitamente idênticos aos das pedras das nossas conservas de água. (Vol. I, estampa IX, fig. I.—Vol. IV, Castelo de Sant'Angelo, Ponte Fa-

bricio.— Vol. III, estampas IV e LIII.— Vol. X, Aqueduto de Marcia.— Vol. XI, estampas XII, XXVI— Descarregador do lago Albano, estampas III, V, VII, etc.). No nosso país existe um monumento romano com este aparelho da pedra: é o Arco de Aramenha (V. *Religiões da Lusitania*, pelo Dr. J. Leite de Vasconcelos, vol. III, pag. 179).

Verificando-se portanto que tanto a qualidade da pedra, como o seu aparelho, eram de uso corrente entre os romanos, mesmo na península, não há por isso razão para lhes negar a paternidade dos que existem nas conservas de água da Rua da Prata.

Vêmos, pelo contrário, que na época da reconstrução da Cidade não era correntemente usado pelos nossos architectos, que certamente o não desconheciam, o aparelho almofadado das pedras de cantaria. Não o vêmos empregado nas construções ordinárias dos prédios da Baixa, nem nas monumentais obras da Praça do Comércio e do Aqueduto das Águas Livres, notando-se apenas excepcionalmente no Arco do Bandeira.

Tendo os architectos tanta ocasião para darem um tom de luxo ás construções que então se faziam tão profusamente na área da Cidade arruinada pelo terramoto, não é racional que fossem reservar esse aparelho da pedra para pequenos troços das galerias subterrâneas, que ninguem via, nem podia apreciar.

Duas inscrições romanas dedicadas a Esculápio foram encontradas

nas proximidades das termas romanas conhecidas de Lisboa. Diz o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos que era natural que Esculápio, como divindade da saúde, tivesse santuários nos estabelecimentos termais, como succedia também nas termas de Diocleciano e nas Aquæ Persianæ, na Africa Romana (*Religiões da Lusitania*, vol. III, pag. 263).

A renovação do exame dos materiais constituintes das abóbadas (que já foi feito em 1859, quando se construiu o colector de esgotos da Rua dos Retrozeiros), poderia dar o último golpe nesta questão. Porém os argumentos com respeito à situação das termas, o conhecimento da qualidade e aparelho das pedras de cantaria, a documentação sobre o emprêgo de grandes tijolos de alvenaria nalguns sitios das abóbadas, e sobre o revestimento de beton ou mosaicos grosseiros encontrado em vários pontos, e os vestígios das próprias tinas para banhos (estudados por Martins de Andrade em 1859, e situados ao poente, e não ao nascente do colector da Rua da Prata), não nos permitem engeitar a origem romana do estabelecimento de que se trata, a não ser que se considerem sem valor todos os estudos, argumentos e documentação que temos apresentado, ou que factos concludentes ou documentos decisivos venham mostrar o contrário.

A. VIEIRA DA SILVA.
Engenheiro.

A Cidade de Lisboa e os seus Escritores e Artistas

Em virtude de deliberação tomada em sessão de 22 de Março de 1934, da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, realizou-se na noite de 13 de Maio, uma sessão solene para entrega dos diplomas correspondentes à medalha de ouro de Mérito Municipal, aos engenheiro e arqueólogo Augusto Vieira da Silva ao pintor Roque Gameiro e ao escritor e arqueólogo Gustavo de Matos Sequeira, pelos serviços valiosos por eles prestados, no campo cultural e artístico, à cidade de Lisboa.

Presidiu à sessão o Sr. Luís Pastor de Macedo, vereador, que representava o Sr. Tenente-Coronel Linhares de Lima, Presidente da Comissão Administrativa do Município, que por motivo de doença não pôde assistir. Serviram de secretários os Srs. Dr. Queirós Veloso, que representava a Academia das Ciências; Dr. Xavier da Costa, da Academia Nacional das Belas Artes; engenheiro Raul da Costa Cruver, da Associação dos Arqueó-

logos, e Freitas Brito, do Conselho Central das Juntas de Freguesia.

No público, que era numeroso, viam-se bastantes senhoras e muitos escritores, jornalistas, artistas, etc.

O Sr. Luís Pastor de Macedo fez o elogio dos homenageados

Falou em primeiro lugar o Sr. Luís Pastor de Macedo. Começou por afirmar que o município deve esperar alguma coisa mais da administração municipal do que os benefícios materiais que ela possa proporcionar-lhe. Deve desejar ser instruído nos vários processos de administração, ser orientado na forma de adquirir a sua cultura, ser levado a tomar o gosto pelas belezas da sua cidade, a considerar a Arte e os artistas como devem ser considerados, a ser premiado e a ser louvado quando por motivo dos seus serviços ao Município o deva ser.

O município deve desejá-lo e, quando assim não fôsse, seríamos

nós que, tendo a responsabilidade da administração, teríamos também a obrigação de lhe fazer vêr que essa administração para ser eficiente, só pôde sê-lo quando amparada pela acção espiritual. Ela leva ao munícipe a confiança, elucida o e a administração faz-se em contacto com o Povo.

No campo espiritual, uma das obrigações que mais se impõe e que mais agrada observar é a de premiar o trabalho daquêles que alguma coisa fizeram em pról da cidade, daquêles que não seguiram o comodismo e a indiferença de muitos, que se abalançaram a várias emprêsas, arrastando com a crítica acerba e fácil dos que, em geral, nada fazem; premiar o trabalho daquêles que pensam na cidade, que mostram aos outros como se ama a cidade, que honram a cidade.

Foi justamente para premiar, que se realisou aquella festa. Premiar a obra do illustre arqueólogo, Sr. Engenheiro Augusto Vieira da Silva, o investigador metódico, consciencioso, da história de Lisboa, que tem passado a sua vida debruçado sôbre os velhos pergaminhos e as velhas plantas topográficas da capital; premiar o esforço, a competência do erudito munícipe que conseguiu formar um verdadeiro museu municipal da cidade de Lisboa.

Investigador de reconhecida probidade, segurissimo nas suas informações, na sua vasta e apreciada obra, desde o *Castelo de S. Jorge*

até a *Os Bairros de Lisboa*, quantos êrros não desfez, quantos assuntos não repôs nos seus verdadeiros lugares, quantas noticias preciosissimas deu à estampa, abrindo assim novos horizontes à investigação da vida passada de Lisboa! Há quanto tempo se tornára o Sr. Vieira da Silva, merecedor dos agradecimentos da cidade!

Eu sei que a resolução da Câmara e que as palavras insulsas, mas sinceras que lhe estou dedicando, contendem com a sua modestia. Mas elas são necessárias porque desejamos que a nossa consciência esteja em paz: a grande dívida tinha de pagar-se e êsse acto servira de estímulo aos novos que se abalançam a trilhar a vereda da olissipografia.

Matos Sequeira, — outro nome que se prende a uma vida votada ao amôr de Lisboa; outro nome que nos faz pensar imediatamente no cronista mais popular da cidade.

Escritor, arqueólogo há muito consagrado, jornalista distinto, crítico de arte, de raro merecimento, é autor como V. Ex.^{as} sabem duma copiosa obra sôbre a história da cidade de Lisboa, obra séria, profunda, de leitura aprazível, tão difficil ás vezes de conseguir em estudos daquela natureza.

Não podia, pois, deixar de ser um dos que tinham jús à medalha de Mérito Municipal.

Para isso bastaria, apenas, ter publicado o seu esplêndido trabalho

Depois do Terremoto. E a juntar a este, quantos e quantos não têm saído da pena do illustre investigador?

A cidade significa-lhe assim, que comprehende a sua obra, que aprecia o seu trabalho.

Refere-se depois o Sr. Luís Pastor de Macedo a mestre Roque Gameiro, outro grande amigo de Lisboa que a percorreu de lés a lés, procurando os seus motivos pitorescos, evocadores de tempos idos, para depois no-los dar desenhados e aguarelados num conjunto a todos os títulos apreciável. Edifícios de várias expressões architectónicas, vetustos recantos de forte colorido, bécos ainda de sabôr seiscentista, pormenores dos costumes e da vida dos bairros excêntricos, tudo isso perpassa ante nós como reliquias respeitáveis dessa *Lisboa Velha*, que ao grande mestre mereceram a honra de ser reproduzidos pelo seu lápis.

Terminando o seu discurso, o orador afirmou ainda:

— Eis, meus senhores, o que neste momento, tão grato para o Município e para todos os bons munícipes, a minha admiração de português e a minha gratidão de lisboeta encontraram para exprimir o que há muito, certamente, estava no espirito de quantos prezam o que de mais belo existe em Lisboa:— A sua alma secular, que paira acima das injúrias do tempo e dos homens, emanação sempre viva das suas

colinas e do rio magnifico que é a verdadeira razão de ser da sua existência gloriosa, (palmas).

**Os mais notáveis
estabelecimentos culturais
de Lisboa
associam-se à homenagem**

Falou depois o Sr. Engenheiro Raul da Costa. Em nome da Associação dos Arqueólogos associa-se à homenagem e fez também, em breves palavras, o elogio de mestre Roque Gameiro, engenheiro Vieira da Silva e Matos Sequeira, a quem chama os três maiores historiadores da cidade.

Usa depois da palavra o Sr. Falcão Trigo, da Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes, que em nome deste organismo saudou os homenageados, pondo em destaque a obra de Roque Gameiro a quem, segundo diz, são devidas todas as homenagens, não só da cidade, mas do País inteiro.

O Sr. Dr. Xavier da Costa, em nome da Academia Nacional das Belas Artes, associa-se à festa que não teria, segundo afirma, só o valôr da solenidade. A Municipalidade, em nome do Povo, consagrou o trabalho intellectual desinteressado e honesto, nas pessoas dos melhores historiadores da cidade.

Justifica depois a homenagem e faz um rápido bosquejo da obra dos homenageados, três mestres e três caracteres, terminando o seu

discurso com palavras de elogio para a Câmara Municipal, que vem realizando uma obra cultural verdadeiramente notável.

Fala ainda o Sr. Dr. Queirós Velloso, em nome da Academia das Ciências de Lisboa. São breves palavras de elogio para o homenageado e para a Câmara Municipal, dizendo que festas como aquelas fazem bem ao coração e ao espírito, pois é sempre agradável prestar justiça. Em nome da Academia associa-se à festa e incita os homenageados a que continuem o seu labor para honra-própria, honra da Cidade e honra da Nação.

Terminou o Sr. Dr. Queirós Velloso por fazer votos que aquela festa seja a primeira de outras homenagens, não só em Lisboa como noutras municipalidades.

**Os homenageados agradecem
a distinção
que lhes foi conferida**

Depois, pelo Sr. Luís Pastor de Macedo foi feita a entrega dos diplomas já referidos ao Sr. Roque Gameiro, engenheiro Augusto Vieira da Silva e Matos Sequeira, acto que a assistência sublinhou com uma prolongada salva de palmas.

Em seguida falaram os homenageados, que agradeceram a distinção que lhes fôra conferida. Primeiro falou Mestre Roque Gameiro que se referiu ao seu grande amor por Lisboa, reivindicando para os artis-

tas plásticos o início da era nacionalista, pelo seu culto pela tradição.

Seguiu-se lhe o Sr. Engenheiro Vieira da Silva nestas textuais palavras:

**Discurso do Sr. Engenheiro
Vieira da Silva**

*Ex.^{mo} Sr. Presidente e mais vogais
da Comissão Administrativa da
Câmara Municipal de Lisboa:*

Minhas Senhoras:

Meus Senhores:

Nunca pensei que os meus modestos trabalhos, feitos por simples curiosidade, e com o empenho de profundar um pouco mais o conhecimento da história da nossa cidade, pudessem um dia provocar ao seu autor a honrosa consagração que lhe está sendo feita.

Não tenho outro merecimento mais do que ser o obscuro continuador de nomes ilustres que me precederam nêstes estudos, e que, no século passado, tiveram por iniciador o grande Mestre que foi Alexandre Herculano.

A êste seguiram-se outros investigadores: Silva Tullio, Vilhena Barbôsa, José da Silva Mendes Leal, Sousa Viterbo, e alguns mais que em livros, ou em revistas periódicas, publicaram o resultado dos seus estudos ou investigações, geralmente monografias ou descrições de trechos limitados da nossa capital.

Veio depois o Visconde de Castilho, que empreendeu o trabalho colossal de fazer a história de Lisboa, descrever os seus bairros, penetrar a vida citadina da sociedade de outras eras, tudo abrilhantado por um estilo apurado, e tornado ainda mais atraente com a intercalação de poesias, de anedotas e de casos pitorescos relacionados com as passagens da narrativa.

Mas esse vasto programa do autor da *Lisbôa Antiga* não pôde infelizmente ter conclusão, pois que apenas publicou um volume sôbre o *Bairro Alto*, que em 2.^a edição desdobrou em cinco volumes, e sete tomos sôbre os *Bairros Orientaes*. Deixou aquêlê illustre historiador da nossa capital os materiais preparados para a publicação de uma 2.^a edição dos *Bairros Orientais*, trabalho que a actual Comissão Administrativa da Câmara Municipal tomou a seu cargo mandar effectuar, e que está em via de execução. Também lhe devemos o importante estudo histórico-descritivo da parte marginal de Lisbôa, desde a Madre-de-Deus até Santos-o-Velho, cujo título é *A Ribeira de Lisboa*, e que obedece ao mesmo programa de descrever a cidade desaparecida, bem que sob uma outra orientação.

Confesso que foram as interessantes publicações dêste cronista da cidade que me levaram a empreender os estudos sôbre Lisboa, porque, como engenheiro e militar,

acostumado a pautar os meus trabalhos com a régua e compasso, sentia o desejo de precisar alguns assuntos que aquêlê autor deixára pouco definidos, e especialmente o de marcar na planta topográfica de Lisbôa o traçado das suas obras defensivas na Edade Média, objecto que primeiramente tive em vista. Daí, como assunto associado, veio o estudo da topografia e da toponímia das vias públicas da velha Lisbôa, iniciado pelas circunvisinhanças das muralhas das suas cêrcas defensivas, e ainda outros trabalhos relacionados com a cidade, que não vem para aqui enumerar.

Em tempos mais recentes, com o desenvolvimento do gôsto por estas investigações históricas, tem aparecido uma pleiade de novos e numerosos escritores, que versaram vários aspectos do têmea Lisbôa, Travassos Valdez, Forjaz de Sampaio, Paulo Freire, e ainda outros, dos quais é justo destacar o meu amigo, e também hoje homenageado arqueólogo e publicista Gustavo de Matos Sequeira, que se pôde afirmar que tem produzido uma obra vasta e criteriosa, a qual em muito tem contribuído para o conhecimento da Lisbôa de outros tempos. Ainda se deve acrescentar a êstes o nome do Sr. Luís Pastor de Macedo, um novo, mas que, pelos seus trabalhos de investigação já publicados, se revela um digno sucessor da actual geração de olisipógrafos.

É Lisboa uma cidade de belos panoramas e não uma cidade monumental, como muito bem escreveu algures o Sr. Matos Sequeira, mas como acontece com todos os povoados de remota origem, muitos dos seus edificios, das suas ruas e praças, dos seus monumentos, possuem a sua crónica, na qual à parte histórica e verdadeira se associam por vezes noções ou factos lendários mais ou menos interessantes.

Para o espirito curioso e investigador é um prazer transmitir ou consignar as suas impressões, afirmando a sua personalidade pela maneira como encarou um ou outro desses assuntos; igualmente o é desvendar os segredos de éras passadas, e legar aos vindouros o resultado das suas averiguações sobre pontos desconhecidos, controversos ou ainda obscuros, da história da cidade.

É esse prazer que exclusivamente anima os estudiosos de assuntos olisiponenses, pois que não esperam nem contam com qualquer compensação, afóra o aprêço e consideração que lhes possam tributar aquêles que também se dedicam à mesma espécie de estudos.

Porém a actual Comissão Administrativa da Câmara Municipal, formada por pessoas de elevada cultura intelectual e artística, entendendo que também nobilitam a cidade de Lisboa os estudos e trabalhos que tenham por objecto a sua história geral, a do seu sucés-

sivo desenvolvimento no tempo e no espaço, e a fixação iconográfica dos seus aspectos, deliberou conferir a honra, nesta sessão soléne, a três pessoas que à causa da cidade, com a pena ou o pincel, tem consagrado a sua vida e dedicado o seu carinho, facultando larga documentação para o conhecimento da cidade.

E porque é uma honra, a que eu nunca aspirára, nem sequer sonhára, é que o meu reconhecimento e gratidão ao Ex.^{mo} Presidente e mais Vogais da Comissão Administrativa são profundos e sinceros, perdurando sempre no meu coração a recordação deste dia, que considero como um dos mais felizes da minha vida.

A V. Ex.^{as} os meus agradecimentos.

Por último falou o Sr. Matos Sequeira produzindo o seguinte discurso que integralmente se regista.

Discurso do sr. Matos Sequeira

Senhores representantes da cidade de Lisboa:

Minhas senhoras:

Meus senhores:

Devo dizer poucas palavras.

A linguagem do agradecimento está tão barateada que é quasi pobre de expressão.

Os próprios termos que a nossa lingua, rica e farta, tem para significar gratidão, honra, reconheci-

mento, perderam a côr verbal, desmaiaram do seu vigôr primitivo com o trocarem-se tão amiude sem a proporção do bom-senso e com o exagero da cortesia. Encontro-me embaraçado, por isso, para escolher as frases com que manifeste ao Município de Lisboa o que me diz, sem elas, a minha sensibilidade, neste momento.

A medalha de oiro, agora instituída para, premiar o trabalho de cada lisboeta que amorosamente o seja, em qualquer provincia da actividade mental, atingiu-me, por mercê do Município, na companhia dignificadora de mestre Roque Gameiro e de mestre Vieira da Silva.

Cumprê-me dar à Câmara o meu agradecimento, e dar-lho com a afirmação de que não haveria mercê que mais me desvanecesse e interessasse.

Desde os vinte anos, ainda estudante, que consagro a esta perturbante e encantadora cidade afeição de filho e de namorado, e agora, no declive já da vida, com o horizonte a apertar-se-me diante dos olhos, dia a dia sentindo que vai faltando o tempo para lhe querer, na minha forma de querer, escrevendo a sua história em períodos truncados que alguém um dia apurará e corregirá em jeito de verdadeira história, esta honra recebida mais grata ainda me é.

Não direi a velha banalidade, saturada de falsa modéstia, que tal prémio é imerecido; direi apenas

que a proporção entre mim e os meus camaradas não foi justamente medida, beneficiando-me em desproveito deles. A obra de mestre Vieira da Silva e de mestre Roque Gameiro, excedem muito a minha em mérito documental, em sabedoria, em esforço e em beleza e apenas tôdas se equiparam no mesmo amor com que tem sido construídas.

Lisboa precisa de quem a ame, de quem a defenda, de quem a zele, de quem com ela mesma se arrufe e grite como amante ciumento, de quando em quando, invecivando e castigando as suas faltas, os seus pecados, os seus desvaios. Tudo é amor.

O que exige é que a tenham sempre zelada e namorada, vigiada e seguida, para que se lhe não permita que se maquilhe como estrangeira, copiando os traços, as feições, as linhas de beleza de tôdas as cidades alheias.

Num livro meu, prestes a sair, escrevi os seguintes períodos cotejando Veneza e Lisboa, embriagado pela poesia evocadora, única, singular, da cidade dos Doges.

«Cada terra deve conservar o seu carácter, a sua maneira de ser, o seu tipo, o seu particularismo.

Nisso está o seu interesse e o seu atractivo. Em vez de querer ser igual às outras, internacionalizando se, fabricando-se em série numa standartização industrial, como os automóveis, «Ford» e as máquinas

«Singer», deve, pelo contrário, conservar o seu tipo, manter a sua fisionomia, apurar, numa «maquillage» inteligente e «coquette», a sua face pessoal. Repare-se nas raparigas modernas. A força de uniformizarem as bocas a «baton» e de alinhar, pelo mesmo padrão de beleza oficial, a linha das sobranceiras, começam a parecer-se, tôdas, umas com as outras e a diluir em banalidade as suas deliciosas imperfeições.

Estou daqui a pensar na velha rival de Veneza, na nossa Lisboa tam maltratada dos homens; a pensar nas suas cantarias de lioz branco que riem tanto ao sol; nos verdes-frescos das suas árvores que teimam em cortar «à-garçonne», nos seus bairros pobresinhos que se atropelam dos altos para o Tejo; nos seus panoramas, na sua luminosidade e na graça montanha das subidas e descidas por claras ruas toldadas de azul; e consolo me a ver como ela é diferente, na sua clareza de cal e azulejo e no seu tom atlântico, a estes burgos mediterrânicos de pedra negra e ceus violentos, encaixilhados em montes contorsionados e ásperos, de uma côr de sépia carrancuda ou de um cinzento de lava destruidora.

Não a estraguem, não a enegreçam de telhados de ardósia, não lhe perturbem os panoramas com altas empenas para o escorregar da neve que não cai; não abram avenidas *pires* em Alfama que é o dixe dos estrangeiros e dos artistas. Limpem-na, arrumem-na, reverdeçam-na de arvoredo, destapem-lhe bem tôdas as janelas, e todos os postigos, e todos os terraços, para que ela se veja a si mesma e possa liberalmente ser vista dos outros; e guardem, assim, a que foi empório do mundo como os venezianos guardam a sua antecessora, zelando fufiosamente, voluptuosamente, os seus canais e as suas gôndolas.»

Para esta bem amada Lisboa, para a «cidade de mármore e granito» na frase romântica de Herkulano, para a «Princesa do Mar Oceano» no epíteto encomiástico de Coelho Gasco, para a cidade de muitas e desvairadas gentes» no dístico admirável de Fernão Lopes, os meus votos são estes: modernizar-se mas não perder o carácter, civilizar-se mas não quebrar a tradição, remoçar-se mas sem ocultar a aparência familiar.

E agora, de novo ainda; muito obrigado.

SUMÁRIO

TEXTO:

OS LIVROS DOS MORTOS, Matos Sequeira —
A CASA ONDE MORREU LUÍS DE CAMÕES —
AS TÊRMAS ROMANAS DA RUA DA PRATA,
EM LISBOA, A. Vieira da Silva — A CIDADE
DE LISBOA E OS SEUS ESCRITORES E AR-
TISTAS.

GRAVURAS:

PLANTA DO EXTINTO MOSTEIRO DE SANT'ANA
— PLANTA DO ACTUAL INSTITUTO BACTERI-
OLÓGICO CÂMARA PESTANA — CASA DE
CAMÕES EM 1580 — SUPOSTA CASA DE CA-
MÕES EM 1880 — PLANTA E CÔRTEZ DAS
TÊRMAS ROMANAS DEDICADAS A ESCULÁPIO.

Capa (Anverso): — TRECHO DE PAINEL DE
AZULEJO REPRODUZINDO A ILUMINURA DO
REGIMENTO DE D. MANUEL AOS VEREADO-
RES E OFICIAIS DA CAMARA DE LISBOA (1502)
— *Fábrica Constância* — *Cartão do prof.*
Leopoldo Battistini — *Ornatos de Viriato*
Silva — *Fotografia do Ex.º Sr. Coman-*
dante António José Martins.

Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais

Ano I — (N.º 1 e 2 — 182 pags.)
De Junho a Dezembro de 1931 — **Esc. 10\$00**

Ano II — (N.º 3 e 4 — 97 pags.)
De Janeiro a Junho de 1932 — **Esc. 10\$00**

Ano II — (N.º 5 — 25 pags.)
De Julho a Setembro de 1932 — **Esc. 7\$00**

Ano II — (N.º 6 — 48 pags.)
De Outubro a Dezembro de 1932 — **Esc. 7\$00**

Ano III — (N.º 7 a 10 — 76 pags.)
De Janeiro a Dezembro de 1933 — **Esc. 25\$00**

Ano IV — (N.º 11 — 36 pags.)
De Janeiro a Março de 1934 — **Esc. 7\$00**

Ano IV — (N.º 12 — 32 pags.)
De Abril a Junho de 1934 — **Esc. 7\$00**

Ano IV — (N.º 13 — 37 pags.)
De Julho a Setembro de 1934 — **Esc. 7\$00**

Por assinatura:

Prêço de cada número — **Esc. 7\$00**

Um ano — **Esc. 25\$00**

SOUSA MARTINS — *In Memoriam* — **Esc. 40\$00**

DEPOSITÁRIOS EM TODO O PAÍS:
Livraria Rodrigues & C.ª
RUA DO OURO, 188 — LISBOA

